

O PARADOXO DA DEMOCRACIA: DA IGUALDADE À DESIGUALDADE¹

THE PARADOX OF DEMOCRACY: FROM EQUALITY TO INEQUALITY

LUIS FELIPE GARCIA LUCAS

Doutorando em Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina, UEL

luis.felipe.garcia@uel.br

MARCOS ALEXANDRE GOMES NALLI

Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP

nalli@uel.br

RESUMO

A obra de Rancière questiona o sentido dos conceitos de igualdade e desigualdade no âmbito da política ou, mais especificamente, no ato político. Contudo, sua obra mostra-se mais abrangente sobre essa questão, caminhando sobre a relação que há entre a arte, a educação e a ação política. Dessa forma, na filosofia de Rancière encontra-se uma linha que transpassa por todas essas áreas: a ideia de igualdade entre os atores sociais. A igualdade é reconhecida e atribuída como o alicerce da democracia, da arte e da educação. Desta colocação, analisaremos nas obras e no pensamento de Rancière uma forma que possamos desenvolver uma discussão referente ao desenvolvimento da ideia de igualdade e desigualdade no âmbito político iniciando a nossa discussão sobre a questão da educação e concluindo como essa dualidade gera a descontextualização do conceito de democracia.

Palavras-chave: democracia, igualdade, desigualdade, paradoxo, educação.

ABSTRACT

Rancière's work questions the meaning of the concepts of equality and inequality in politics or, more specifically, in political acts. However, his work is more comprehensive on this issue, walking on the relationship between art, education and political action. Thus, in Rancière's philosophy there is a line that permeates all these areas: the idea of equality between social actors. Equality is recognized and attributed as the foundation of democracy, art and education. From this position, we seek to analyze in the works and thought of Rancière a way that we can develop a discussion regarding the development of the idea of equality and inequality in the political sphere duality generates the decontextualization of the concept of democracy.

Keywords: democracy, equality, inequality, paradox, education

¹ Recebido em 11/07/2025. Aprovado em 18/09/2025.



Este trabalho está licenciado sob CC BY. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

1.INTRODUÇÃO

Na obra *O mestre ignorante* (2023), escrita por Jacques Rancière em 1987, é descrita a empreitada de Joseph Jacotot, um revolucionário francês exilado nos Países Baixos, que ao se deparar com a difícil lição de ensinar a língua francesa para um grupo de estudantes flamengos que nada sabiam de francês, buscou desenvolver um método que indivíduos que nada sabiam da linguagem do outro, poderiam trocar informações e experiências. Jacotot não sabia a língua materna de seus alunos, por desenvolveu o método da emancipação intelectual, que se inicia a partir da ideia de que a igualdade dos entes não é o objetivo de chegada, mas o ponto de partida dos indivíduos para alcançar o conhecimento sobre determinada coisa.

Rancière se tornou admirador deste método, principalmente da sua afirmação estrutural, que a igualdade não é a chegada da educação, mas o ponto de partida. Admirado pela experiência de Jacotot, Rancière utiliza este fundamento além da educação, estabelecendo que a igualdade é o fundamento das relações sociais e da origem da democracia (1996), tendo isso estabelecido, o texto a seguir tem por objetivo apresentar as bases argumentativas de Rancière ao afirmar que a democracia, por mais que nasça da igualdade dos homens, se sustenta sobre a desigualdade, contudo, como poderia uma estrutura organizacional que preza pela igualdade dos sujeitos ser sustentada pela desigualdade?

Rancière busca encontrar a resposta para esse paradoxo da democracia, ao afirmar que a desigualdade gera uma disputa entre as partes, e desta disputa gera a prática política e a democracia. Contudo, esse *desentendimento* entre as partes, ou seja, essa disputa sobre a desigualdade entre os agentes que compõem o corpo social, só é possível quando se reconhece a igualdade entre os indivíduos que estão protagonizando esta disputa. Nosso ponto é destacar como o caráter paradoxal da estrutura democrática em Rancière, não seria um problema ontológico da prática política, mas uma falta de compreensão conceitual e funcional da estrutura democrática.

Dessa forma, nos sustentaremos sobre os textos rancierianos que se destacam por trabalhar os temas de democracia, igualdade, política e conhecimento. Esta escolha de textos foi feita sobre o desenvolvimento da individualidade da filosofia de Rancière, iniciando com o texto *O Desentendimento* (1996), no qual Rancière fundamenta sua filosofia política e demarca seu rompimento com Althusser, para chegarmos até as discussões trabalhadas em seus textos pós-pandemia.

2.A IGUALDADE DO CONHECIMENTO

Não é o conhecimento que proporciona a igualdade, mas é a igualdade que permite que os atores sociais possam partilhar de um mesmo conhecimento (Deranty, 2003) e, à vista disso, compartilham do reconhecimento no meio do cenário democrático. Dessa forma, a capacidade de pensar e de apreender o conhecimento, de interagir com outros indivíduos, compreendendo a fala do outro e sendo entendido pelo outro, é partilhada entre os agentes. Entende-se, assim, que a igualdade de compreensão e interpretação da realidade é o ponto de partida das relações interpessoais. A igualdade é o ponto de partida da discussão sobre a participação dos indivíduos no meio político, e não como o ponto de chegada tão desejoso pelos teóricos (Deranty, 2003).

Partindo da afirmação que a igualdade é o ponto de partida para a boa interação entre os indivíduos, torna-se evidente o objetivo de Rancière, pois assim é possível entender que a política é feita por meio da relação entre indivíduos reconhecidos como iguais. É importante ter em mente que Rancière não fala de igualdade em um sentido hiperbólico ou extremo, que levaria a um consenso e, como efeito, a uma sociedade homogênea. A questão da sociedade que se sustenta sobre um consenso ético, inquestionável, é uma visão fortemente criticada pelo autor².

A igualdade proposta por Rancière é construída sobre a capacidade racional de relacionamento, como comentado anteriormente, sobre a relação entre *phoné* e *logos*, ponto de atenção do pensador francês ao analisar a democracia clássica, com foco em Aristóteles (Rancière, 1996). Rancière chega a concluir que o princípio da igualdade está relacionado à repartição social (Rancière, 1996). A desigualdade não significaria inferioridade ou superioridade, mas diferentes concepções sobre um mesmo objeto, gerando, dessa forma, o desentendimento.

A sociedade que eliminou totalmente a repartição social e manteve a individualidade é no mínimo utópica, pois, é impossível que tal sociedade seja funcional. Caso uma sociedade consiga firmar sua estrutura sobre um pensamento homogêneo, eliminaria qualquer possibilidade de existência da política, conseqüentemente, não existiriam percepções distintas e individuais de mundo, somente uma imposição objetiva feita por uma estrutura centralizadora, totalitária ou anárquica. Essa estrutura impositora não permite aos indivíduos

² Referente a esse tema, gostaríamos de abordar ele com mais paciência e espaço, por esse motivo não prolongamos a discussão no texto a seguir, contudo estamos trabalhando em um texto voltado a discutir essa ideia.

questionarem o valor da estrutura hierárquica em que estão inseridos, mas molda o pensar dos seus integrantes.

A política existe para confirmar a existência da igualdade na possibilidade de entendimento e para assegurar que todos os integrantes daquela sociedade, possam participar do meio político. Segundo Rancière (2014a, p. 69):

Com efeito, é possível alegar que toda a polícia nega a igualdade e que ambos os processos são incomensuráveis reciprocamente. É a tese do grande pensador da emancipação intelectual, Joseph Jacotot, que desenvolvi em *O mestre ignorante*. Segundo ele, só é possível a emancipação intelectual dos indivíduos. Isso quer dizer que não há nenhuma cena política. Há somente a lei da polícia e a lei da igualdade. Para que esta cena exista, temos que mudar de fórmula. Em vez de dizermos que toda a polícia nega a igualdade, diremos que o político é a cena na qual a verificação da igualdade deve tomar a forma do tratamento e de um dano.

Rancière é enfático ao afirmar que a política deve ser compreendida como o local no qual a cena política tem a possibilidade de confirmar a existência da igualdade entre os atores. Dessa forma, a igualdade é entendida como a capacidade partilhada entre os atores de participarem do meio social, da repartição policial³ e questionar a validade da repartição, ou seja, igualdade é o ponto de partida para a disputa política, pois, ambas as partes reconhecem a validade do discurso do outrem.

A problemática levantada é que, mesmo ocorrendo a falha do policial, ou seja, na distribuição dos sujeitos no meio social, o princípio partilhado entre os indivíduos que os tornam iguais ainda é existente, todos possuem capacidade de conhecimento. Dessa forma, o que levará à desigualdade é a questão de valor do *logos* daqueles que possuem uma parte social contra aqueles que não possuem uma parte na sociedade. Negar a existência da possibilidade de conhecimento do outro é afirmar que ele é inferior, mas, se todos são iguais na capacidade de saber, a diferenciação vem do ponto de vista sobre o que é discutido.

Contudo, estes que lhes é negado a igualdade do saber, servem somente para preenchem uma função, como inferiores diante de uma partilha comum. Sendo assim, eles não são reconhecidos como iguais, mas, como ícones da ignorância, pois de nada sabem.

Estes são apresentados como nocivos à estrutura política vigente e, por esse motivo, devem ser afastados do meio político para que não gerem o incômodo (Rancière, 2021c).

³ Na obra de Rancière, o termo *policial* em oposição ao conceito de política, significa um *braço governamental*, ou uma estrutura de contagem dos integrantes da sociedade e de distribuição de funções hierárquicas entre eles. É uma forma de distribuir a sociedade e afirmar quem é parte e quem não é parte daquela comunidade. Por muitas vezes, é a polícia que falha na contagem e exclui certas partes do meio social, gerando assim os grupos isolados e marginalizados.

Dessa forma, é no espaço democrático que esses grupos possuem a chance de reivindicar a sua participação no meio de partilha entre as partes que constituem uma sociedade, ou seja, eles reivindicam seu reconhecimento como iguais.

Em uma sociedade⁴ é impossível que um único indivíduo consiga apreender tudo sobre essa estrutura. Cada ente absorve algo e passa para o outro em forma de experiência. Também há as trocas de percepções ou pontos de vista sobre as situações mundanas, como as relações entre amigos, familiares, empregados, estudantes, entre outros. Toda interação entre partes é fundamentada sobre a percepção individual e a troca de experiência entre os agentes. Ao estabelecer que a interação é a base das relações sociais, indiretamente é possível concordar que, do mesmo modo, também é a base da formação do sujeito enquanto agente. Quando o indivíduo A consegue compreender e absorver o mundo, o indivíduo B também o é, implicando que ambos saiam de um ponto igual para o entendimento do mundo que o circunda, ou seja, da igualdade partilhada entre eles.

Estabelecido que a sociedade é fundamentada na igualdade, nos resta caracterizar o que nos referimos quando escrevemos a palavra igualdade. A igualdade é caracterizada pela capacidade de expressão de si podendo ser entendimento pelo terceiro, por este motivo a interlocução entre os sujeitos é a base da cena política (Rancière, 1996). A igualdade não é o objetivo final da educação, ou da arte, nem da política, mas, sim, o seu ponto de partida e de conexão (Araújo, 2022). Toda manifestação de dissenso é constituída a partir do princípio de que ela pode ser compreendida e absorvida por um terceiro, mesmo que inconscientemente, ou seja, de que aquele que interage com a cena é totalmente capaz de compreender o seu motivo de existência e seu valor no âmbito comunitário (Rancière, 1996).

Se a igualdade é encontrada no começo da estrutura social, onde se encontra a desigualdade? Afinal, se a igualdade se refere à capacidade dos indivíduos, o que é a desigualdade, então? Essas questões sobre a maneira como a desigualdade é estruturada podem ser respondidas a partir da compreensão de que a igualdade é um fator de comprovação de caráter verificável (Rancière, 1996). O dissenso leva ao questionamento, resultando em uma troca mais frequente de experiências e percepções da realidade. Contudo, quando não há reconhecimento da percepção do sujeito B pelo sujeito A, ou vice-versa,

⁴ O conceito de sociedade que nos referimos aqui remete à ideia de um conjunto de indivíduos que carregam consigo uma percepção de mundo individual. O mundo não pode ser absorvido e entendido somente pelos fatos internos, mas também externamente, por sua inesgotável existência e apreensão individual. Destarte, o mundo se mostra como uma estrutura que beira o fantástico da percepção humana, carregada de significados e de expressões fantásticas que levam seus habitantes a uma admiração e espanto sobre a realidade que o circunda, quase uma admiração do absoluto da realidade.

encontra-se a desigualdade. Tanto igualdade quanto desigualdade podem e devem ser comprovadas.

Partindo do pressuposto que há comprovação da igualdade e da desigualdade, estabelecemos o fundamento da igualdade em Rancière, ela é uma característica humana, todo homem é igualmente capaz de desenvolver o conhecimento. Este argumento rancieriano é o que irá distinguir o pensamento de Rancière das bases clássicas da filosofia.

Rancière se distancia de Platão quando afirma que a igualdade é o ponto inicial e que a sociedade móvel em sua hierarquia, visto que o filósofo clássico estabelece uma estrutura política estática, *A República*. A estrutura da *República* é fundamentada na execução constante de uma prática que manterá a sociedade funcionando e que o homem deve ser dedicar a todo tempo, sem que busquem um *tempo livre* para seus lazeres. Dessa forma, há aqueles que nascem capazes e outros que não. Enquanto Platão afirma que a sociedade ideal é feita sobre a desigualdade do saber, Rancière afirma que é a igualdade que sustenta a sociedade.

Estabelecido a distinção de Rancière e Platão, nos estenderemos nesta discussão, como foco no conceito de um *tempo livre* no tópico seguinte.

3. EM BUSCA DE *TEMPO LIVRE*

Neste capítulo, nos atentaremos à obra *A noite dos proletariados* (1988). Rancière escreveu sobre a jornada de um grupo de trabalhadores cujo costume era dedicar parte do seu tempo ocioso, quando repousavam das exaustivas jornadas de trabalho. Utilizavam o período da noite para estudar, escrever poesias, músicas e outras matérias referentes ao estudo e ao desenvolvimento da arte. Esse grupo não usava o seu tempo livre para as práticas que aumentariam seu poder de consumo ou o aperfeiçoamento da posição em que já se encontravam, mas para o aperfeiçoamento e a apreciação das áreas estéticas que os levavam a refletir sobre sua condição e a distribuição hierárquica de sua sociedade.

Estes trabalhadores utilizavam deste tempo para entrar em contato com o mundo sensível, produzindo uma conexão do trabalhador com o sensível, coisa essa que gera estranheza e desconforto para o grupo dominador. Seria como misturar dois componentes que não deveriam coexistir na sociedade, sustentando a percepção de que os trabalhadores seriam um ente inferior na questão da partilha sensível existente entre os participantes daquela comunidade. De acordo com López (2022, p. 216):

Uma repartição de tempos, espaços e ocupações que fiz os modos de perceber e sentir o próprio mundo vivido. Esta repartição constitui, segundo Rancière, o cerne da política, dado que prefigura, num plano formal e sensitivo, aquilo que aparece e, portanto, aquilo que pode ou não ser pensado.

A relação que há entre o tempo livre do trabalhador e o contato com o mundo sensível é necessária para haver o reconhecimento do mundo material. Essa questão é descrita por Rancière e se encontra no cerne da política ou da cena política. O mundo material é composto por narrativas construídas de modo que se conectem com o sensível (Rancière 2021b). Os iguais são todos que, portanto a capacidade de conhecimento também possuem o tempo necessário para se dedicar às coisas além do trabalho braçal e exaustivo, enquanto os desiguais pouco tempo possuem, necessitando renunciar ao tempo ocioso de descanso para buscar essa formação.

Na obra *As margens da ficção* (2021a), Rancière disserta sobre a relação existente a partir da percepção gerada entre o mundo sensível e o mundo material. A ficção se mostra como a janela que conecta o homem com o mundo narrativo através da racionalidade (Rancière, 2021a). Em suma, é desinteressante que os portadores do poder econômico e social proporcionem um ensino de qualidade e incentivem o desenvolvimento da percepção do sensível. A conexão dos indivíduos com o mundo estético pode levar à loucura de quererem reivindicar uma participação no ambiente político (Rancière, 2021a), arriscando gerar um dissenso, pois ao se perceberem como iguais, aqueles que são marginalizados buscarão ser reconhecidos. Segundo Rancière (2017, p. 73–74):

(...) ele pertence à temível espécie desses filhos e filhas do povo que preferiram uma vida prometida por algumas palavras escritas em livros que não eram feitos para eles à vida destinada por seu nascimento. É essa nova aptidão dos anônimos de viver qualquer vida que permitiu à ficção moderna romper com a lógica hierárquica da ação e encontrar sua matéria em qualquer acontecimento insignificante. Mas também foi ela que a ficção moderna tentou recolocar em seu lugar para separar o halo luminoso da vida impessoal das aspirações pessoais dos filhos do povo semi-educado.

Aqueles que renunciam à busca pelo consumo desenfreado e direcionam a sua atenção para a percepção estética do mundo encontram mais do que somente palavras impressas em livros. Rancière escreve sobre uma mudança além do jugo que o nome social impõe sobre o indivíduo, mas a possibilidade de agir fora desse nome, libertando-se das amarras do papel social imposto a partir do nascimento em favor de uma participação ativa em meio à democracia, nos espaços políticos. Estes que se desprendem das correntes do rótulo social

percebem que a visão aristotélica de que a igualdade meritória é falha em si, pois a distribuição proporcional que Aristóteles propõe em sua *A Política*, mostra-se contraditória. Mesmo que o pensador grego afirme que há aqueles que são desiguais, ainda possuem o caráter de ouvir e falar, a característica dos iguais. Rancière se contrapõe a Aristóteles e afirma que a igualdade não é meritória, mas sim uma universal.

Nessa percepção de realidade e de sociedade como sustentada pela meritocracia da igualdade, paira o perigo das estruturas oligárquicas que descontextualiza a democracia em favor de uma hegemonia (Rancière, 2014b). Rancière busca compreender a estrutura da desigualdade e analisa a relação que há entre a desigualdade e a igualdade em âmbito político. Segundo Araújo (2022, p. 282):

(...) considerando política nos termos de Rancière. Ou seja, como um momento de irrupção da igualdade (Rancière, 2014), em que se toma a palavra e, com isso, embaralham-se os lugares impostos para cada um de acordo com as hierarquias intelectuais da partilha do sensível.

A igualdade não pode ser pensada como a perfeita manifestação da ação política nem mesmo seu objetivo máximo, pois isso eliminaria toda e qualquer possibilidade de que haja uma reivindicação por participação e reconhecimento no meio político por parte daqueles que são considerados inferiores segundo a hierarquia intelectual. Sendo assim, é na busca por identificar os pontos em que há desigualdade que se encontrará o espaço para a expressão real da política, momento esse no qual os desiguais poderão enfim *tomar a palavra*, reivindicando sua participação e reconhecimento como atores que partilham com os demais atores que atuam no espaço político.

Assim como a igualdade é o ponto inicial da emancipação intelectual do indivíduo em meio à dominação do embrutecimento (Rancière, 2007), a desigualdade, ocasionada pelo dano, é a característica do ambiente que se mostra propício para haver uma cena política (Rancière, 1996). Essa busca pela emancipação intelectual exemplifica a igualdade pessoal em disputa com a desigualdade formal das estruturas governamentais contemporâneas. Ponto este que focaremos no próximo tópico.

4. A DESCONTEXTUALIZAÇÃO PARADOXAL DA DEMOCRACIA

Sobre a discussão que permeia este capítulo, focaremos nas obras “O Desentendimento” (1996) e “O ódio à Democracia” (2014). Pensando na aplicabilidade e na

leitura política e social de Rancière , estruturada sobre a separação do político e do policial, é possível estabelecê-los da seguinte forma: enquanto a polícia toma o local do que é contemporaneamente chamado de estrutura política, a política encontra-se afastada da estrutura governamental e hierárquica, aproximando-se mais da área da estética e da educação.

É importante manter em pensamento, que na visão de Rancière que o “afastamento” da política da máquina burocrática não é somente sobre validade, mas também de caráter simbólico (Rancière , 2018), pois a política passa do estado ou forma ontológica para um ambiente de expressão e reivindicação presente na manifestação do estético e da educação em relação à partilha do sensível dos integrantes sociais.

A democracia torna-se, assim, uma manifestação da política, ambas passam a ter uma relação intrínseca, fazendo com que sua distinção seja imperceptível. A política agora é o palco ou espaço da ação democrática. Entretanto, a ressignificação da ação política por Rancière não é facilmente aceita, sofrendo críticas sobre a desvalorização e, também, uma descontextualização que a democracia pode enfrentar com a adesão dessa reconstrução/revitalização conceitual (Rockhill; Watts, 2009), podendo sofrer com uma invalidade ou inexistência. No entanto, não se deve deixar despercebido que o perigo da descontextualização da democracia também é um objeto de análise de Rancière , dos perigos que ela carrega e da “liberdade cega” nas sociedades contemporâneas (Rancière , 2014b).

Primeiramente, é essencial estabelecer que o pensador francês não utiliza o conceito de descontextualização em seus escritos, porém, salienta o perigo eminente que a perda de significado de uma estrutura democrática representa para as estruturas governamentais contemporâneas, questão observável, com ênfase, em sua obra “Ódio à Democracia” (2014b).

Em seus textos, Rancière direciona sua atenção para a crise na qual a estrutura democrática se encontra no âmbito político contemporâneo. Entretanto, o autor é claro ao escrever que esse suposto ódio não é um privilégio da contemporaneidade; pelo contrário, ele nasce com a própria democracia, como um governo do demos (Rancière , 2014b). Rancière analisa como é desenvolvida essa nova percepção odiosa do sistema democrático, na qual haveria somente um modelo bom de estrutura política, a democrática, enquanto as demais são expressões erráticas que levam à barbárie, sendo, dessa forma, inimigos que a democracia ideal e boa deve combater (Rancière , 2014b).

Ao refletir sobre a ideia apresentada, é possível entender que a descontextualização surge do interior da própria democracia. Quando os indivíduos deixam de entender a estrutura

democrática como um espaço para a realização do ato político e compreendem-na como uma estrutura política, ela perde seu significado. Em uma estrutura de cunho formal, a democracia não é estabelecida nem entendida como um palco social no qual os indivíduos se separam dos seus nomes sociais e buscam a participação no meio político, mas se torna um conjunto de normas hierárquicas que devem reger e manter a estrutura social.

Dessa forma, a política torna-se polícia. O ato de descontextualização é a transformação do espaço político democrático em uma estrutura policial de hierarquização social, daqueles que podem e dos que não podem falar. Segundo Rancière (2014b, p. 34–35):

A nova sociologia do consumidor narcisista suprime a oposição entre a igualdade representada e a igualdade ausente. Afirmava a positividade desse “processo de personalização” que Baudrillard analisa como um engodo. Transformando o consumidor alienado de antigamente no narciso que brinca livremente com os objetos e os signos do universo mercantil, identifica de maneira positiva democracia e consumo.

A descontextualização nasce da relação estabelecida pelo indivíduo narcisista para com a sua percepção do valor da coisa pública e do bem comum. O indivíduo contemporâneo estabelece que no centro da estrutura democrática está a relação positiva entre a democracia e o consumo. A democracia sustenta-se sobre a manutenção do meio de consumo acima da realização da participação política, ou seja, é necessário que os meios de consumo prevaleçam sobre a necessidade individual do participante social e, se necessário for, o excluindo da participação a partir da não contagem. A elevação do senso consumista acima do bem comum leva à crise na estrutura democrática.

Essa delimitação da descontextualização da democracia evidencia a dimensão paradoxal que a estrutura democrática enfrenta quando lida com os conceitos de igualdade, desigualdade e com a configuração do espaço público, problema esse que trabalharemos a seguir.

5.O PROBLEMA DO PÚBLICO

Sobre a perspectiva do abandono do popular em prol do privado, Rancière identifica como culpado e provocador dessas consequências as próprias estruturas contemporâneas governamentais, os Estados oligárquicos (Rancière, 2014b), que desejam afastar os indivíduos para que não ocorra o desejo de uma participação no meio social. Dessa maneira, a

polícia tem total liberdade para aplicar as divisões e jamais ser questionada, eliminando assim a possibilidade de ação política.

Platão considerava a democracia como a estrutura política que desestruturaria a sociedade. Segundo Platão (2020, p. 330–331):

E não nascerá a tirania da democracia do mesmo modo que esta nasceu da oligarquia? [...] E aos que submetem aos governantes, injúria como a escravos que oferecem o pescoço à canga e homens sem nenhum valor; o que lhe convém são governantes que se assemelham aos governados e governados que pareçam governantes. [...] Que o pai se acostuma a igualar-se com os filhos e a temê-los, e os filhos a igualar-se com os pais e não lhes ter respeito e nem temor algum, pois essa é sua ideia de liberdade [...]

Platão direciona sua crítica à excessiva liberdade na qual a democracia estaria fundamentada e na anarquia, resultante da democracia, que levaria à destruição da sociedade. A partir do mal da estrutura democrática, as relações de hierarquia social iriam definhar ao ponto de que, quando todos fossem vistos como iguais, a sociedade caminharia para uma barbárie desmedida. Por esse motivo, é necessário que o homem dedique seu tempo somente para sua ação social e nada mais. Contudo, observamos aqui a forma que Platão estabelece a igualdade como uma consequência da democracia, não o eu ponto de partida.

Rancière é crítico a essa visão platônica. Como apontado anteriormente em seu escrito *A noite dos proletários*. É necessário que os indivíduos tenham esse tempo livre fora de sua função social para poderem atuar no meio lúdico da estética e da política. Contudo, o pensador francês entende que a crítica platônica contra a abolição da estrutura policial e hierárquica levaria à desestruturação da democracia e dos governos contemporâneos. Segundo Rancière (2014b, p. 38-39):

o inimigo que a escola republicana enfrentava não era mais a sociedade desigual, da qual ele tinha de afastar o aluno, mas, sim, o próprio aluno, que havia se tornado o representante por excelência do homem democrático, o ser imaturo, o jovem consumidor embriagado de igualdade, cuja carta magna eram os direitos humanos.

O inimigo não é mais a figura externa da estrutura democrática, mas é o indivíduo interno que tem por objetivo a individualização extrema da vida, não somente a sua, mas de todo seu grupo social. Em consonância, a democracia deixa de ser a estrutura política que dá voz àqueles que não têm *parte* no meio político, que identificam os entes como iguais em capacidade de compreensão, que proporcionam a participação no palco social e que possibilitam a reivindicação por reconhecimento por aqueles que não possuem *parte*.

A democracia deixa de exibir a falha na contagem que levou para o ostracismo político, os grupos sociais marginalizados e não reconhecidos. Os grupos perdem sua possibilidade de participar da ação política, pois a própria política desaparece, não havendo mais um palco de ação. Os indivíduos abandonam a própria política em prol de uma vida individualizada em busca do consumo. A política desaparece, sendo substituída pela imposição homogeneidade policial (Rancière, 1996).

Segundo Rancière (2014b, p. 68):

A ‘sociedade democrática’ é somente uma pintura fantasiosa, destinada a sustentar tal ou tal princípio do bom governo. As sociedades, tanto no presente quanto no passado, são organizadas pelo jogo das oligarquias. E não existe governo democrático propriamente dito. Os governos se exercem sempre da minoria sobre a maioria.

As sociedades contemporâneas encontram-se disfarçadas sobre o rótulo de estruturas democráticas; contudo, são governos de poucos sobre muitos, prezando pelo desenvolvimento do desejo consumista do indivíduo e o abandono da ação política. Dessa forma, podem agir livremente em sua vontade de acumular o capital sobre a fachada da estrutura que reconhece a todos como entes políticos, contanto que não atrapalhem sua ação policial.

A ruptura entre o conceito original de democracia, passando para as estruturas oligárquicas contemporâneas são o fenômeno político identificado como a descontextualização da democracia contemporânea e um dos principais fatores que condicionam o integrante da comunidade ao ódio pela estrutura democrática. A democracia incomoda quando afasta o indivíduo de sua busca individual, levando à divinação do privado e à demonização do público. Segundo Rancière (2014b, p. 86), “o mal absoluto é a confusão dos meios. Ora, a raiz dessa confusão está em um vício que tem dois nomes equivalentes: igualitarismo ou individualismo”.

Dessa forma, entende-se que a descontextualização não tem relação com a ação do dissenso na prática política, a qual também simboliza o rompimento com o senso comum imposto pela estrutura policial (Blakey, 2021). Na realidade, a verdadeira prática política é marcada pela manifestação do desentendimento expressado no dissenso que provoca o litígio social, como foi destacado por Rancière em sua obra *O desentendimento* (1996). Contudo, de que maneira Rancière entende esse conceito em relação ao dissenso? O desentendimento é a disputa entre percepções que os indivíduos possuem sobre um objeto ou fato, ou seja, um

gerador de dissenso ou litígio social, presente no centro da ação política democrática. Política é realizada sobre o palco do desentendimento.

A partir da colocação de Rancière de que a política deve ser entendida como dissenso, desentendimento e litígio, é importante destacar que o pensador francês não deseja estabelecer que a política é um campo que busca o conflito, mas, sim, que busca a relação de interlocução entre os participantes. Segundo Rancière (2023, p. 37):

A política, na realidade, não é o exercício do poder e a luta pelo poder, mas a configuração de um espaço específico, o recorte de uma esfera particular da experiência, de objetos colocados como comuns que dependem de uma decisão comum, de sujeitos reconhecidos como capazes de designar esses objetos e de argumentar sobre eles.

O pensador francês estabelece que o dissenso jamais deve ser entendido como uma disputa de poder entre as partes. Na realidade, essa colocação é simplória e antipolítica. A manifestação do dissenso é o desentendimento na ação política, o reconhecimento de que todas as partes são capazes e, conseqüentemente, podem participar da discussão ou decisão sobre determinado assunto, ou problema que circunda aquela comunidade. Por exemplo, um grupo de companheiros deseja escolher um local para jantar. Cada um pontua um lugar que acredita ser o ideal para a ocasião; contudo, o último a estabelecer seu ponto é ignorado por ser o mais novo. Ocorre, em situações como essa, que os de idade superior acreditam em sua superioridade de compreensão da realidade e observam o indivíduo mais novo com desdém e como expressão de ignorância e infantilidade. Independentemente de ele ser ou fazer parte daquele grupo, ainda é visto como o portador de um *logos* inferior aos integrantes mais antigos.

Rancière (2023, p. 38) afirma: “Desde sempre, a recusa em considerar certas categorias de pessoas como seres políticos passou pela recusa de escutar os sons emitidos por sua boca como sendo um discurso.”. O autor destaca que ao ignorar um sujeito como participante do meio político ou considerá-lo como um inferior em capacidade de compreensão de realidade e expressão de valor, esse indivíduo perde o direito de ocupar o mesmo espaço-tempo político que os demais integrantes, ou seja, não é contado como um integrante social, já que passa a ser considerado como uma parte isolada que não gera um real impacto naquela estrutura hierárquica, nem alcança os requisitos sociais, ou seja, as condições para ser parte na comunidade contemporânea.

Entretanto, isso também pode ser entendido como um fator de expressão da existência de uma possibilidade de ação política. Independentemente de os não integrantes serem considerados aqueles que não têm conhecimento em ‘quantidade necessária’ (Rancière , 1996), é atribuído que eles entendem a sua não participação, ou seja, eles ainda possuem um entendimento de que devem obedecer àquela hierarquia.

Segundo Rancière (2009, p. 15-16):

Denomino partilha do sensível sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes exclusivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, o comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determinam propriamente a maneira como um comum se presta nessa partilha. O cidadão, diz Aristóteles, é quem toma parte no fato de governar e ser governado. Mas outra forma de partilha precede esse tomar parte, aquela que determina os que tomam parte. O animal falante, diz Aristóteles, é um animal político. Mas o escravo, se compreende a linguagem, não a ‘possui’. Os artesãos, diz Platão, não podem participar das coisas comuns porque eles não têm tempo para se dedicar a outra coisa que não seja o trabalho. Eles não podem estar em outro lugar porque o trabalho não espera. A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte do comum em função daquilo que realiza, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. Assim, ter essa ou aquela ocupação define competências, ou incompetências para o comum. Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum, etc.

O indivíduo só é considerado portador de uma parte quando ele é reconhecido como um integrante da partilha comum do conhecimento que há entre os demais indivíduos, como um igual. Dessa forma, ele é considerado alguém que possui tempo, espaço, capacidade, competência e visibilidade para participar da política, segundo a divisão elaborada pela estrutura policial, caso contrário, o indivíduo não é cogitado como um agente portador e, por consequência, um real integrante daquele grupo, na realidade, nem mesmo um comum, mas um ser não político (López, 2022).

O ato de rotular um indivíduo como não capaz mostra-se intrigante, pois quando é descrita a separação entre os reconhecidos e os não reconhecidos no meio público, na dita desnaturalização social do indivíduo, ele é visto como um ser não portador de porção suficiente para participar do aglomerado social. É necessário que ele também se entenda dessa forma, caso contrário, ele pode se revoltar contra a posição imposta pela polícia. Essa construção de um reconhecimento como um indivíduo apolítico aparenta ser paradoxal, pois para o agente ser estabelecido como um não pertencente à divisão das partes, ainda tem de ser considerado um pertencente daquela sociedade.

O indivíduo precisa ter o sentimento de pertencimento entrelaçado ao não pertencer, sentindo-se pertencente na exclusão social, é necessário que ele se sinta lesado pelo erro policial⁵. Dessa maneira, é preciso haver um controle policial para que estes indivíduos não procurem participar do meio político, afastando-os e cada vez mais, abolindo e apagando suas vozes.

Retornamos à questão da política do dissenso em Rancière , pois a sociedade policial é estabelecida sobre o consenso de manter esses indivíduos afastados (Rancière , 2019). Por esse motivo, o dissenso e o desentendimento surgem como as formas de reivindicação desses sem-partes; contudo, não é somente uma reivindicação social, mas também humana, pois exigir o reconhecimento como portadores da partilha do sensível é também exigir serem reconhecidos como seres humanos sociais e naturais. Para Rancière , a natureza do homem também é uma natureza reafirmada no âmbito social, e para ocorrer esse reconhecimento, é necessário que o desentendimento seja fortificado em conjunto ao dissenso e à oportunidade de se expressar (Rancière, 2023).

Rancière direciona sua atenção para a discussão sobre a participação dos entes no meio da ação política, sua possibilidade de agir em um ambiente no qual há possibilidade de existência da política, não apenas uma imposição policial hierárquica. Dessa forma, todos os entes que integram esse grupo possuem o reconhecimento para serem chamados de indivíduos sociais e integrantes de uma sociedade, não sendo rotulados como excluídos e/ou afastados da posição para atuar no palco da política.

A reivindicação por participação ocorre na luta por direitos e reconhecimento não em uma disputa ontológica, mas em uma disputa política e estética. A reivindicação está no reconhecimento de que outros grupos são também portadores desse sensível comum partilhado entre os integrantes daquela sociedade (Rancière, 1996). A importância do desentendimento no meio político está no fato de que o litígio social é o que irá caracterizar

⁵ Referente à questão do sentimento de pertencer, de forma que não tire o foco do pensamento de Rancière , que é a nossa proposta principal, decidimos trabalhar essa questão de forma mais detalhada a partir desse ponto. A questão do pertencimento do indivíduo no âmbito social é necessária quando falamos da formação de um indivíduo que irá agir ativamente no meio social. É necessário que o integrante da comunidade se sinta um agente ativo e importante para que ele se comporte de forma a elevar essa questão. Um integrante que preza pelo sentimento de pertencimento, costumeiramente, preza por esse bem comum de sua comunidade. Entretanto, quando falamos do sentimento de pertencimento daqueles que são excluídos, adentramos em duas questões, 1) o indivíduo que se sente pertencente a comunidade não aceita ser lesado pelo erro policial, dessa forma as estruturas hierárquicas que marginalizam os grupos desejam desenvolver no indivíduo o sentimento de que 2) pertencem ao local marginalizado. Dessa maneira, as estruturas oligárquicas tendem a romantizar a questão dos grupos marginalizados, como se cauterizar a sua mente para que se vissem no lugar em que devem estar não podendo assim desenvolver a vontade de se locomoverem dentro da hierarquia social já estabelecida. Transformando aquela sociedade em uma estrutura estagnada e imóvel, onde poucos governam sobre muitos.

uma estrutura política democrática, não uma fala de um terceiro dito como o portador da ação democrática.

Toda essa problemática apresentada do espaço público mostra quão entrelaça a democracia se encontra com seus paradoxos. A seguir destacaremos discutiremos como esse entrelaçamento impede que a democracia possa ser realizada plenamente.

6.CONCLUSÃO

Ao escrever sobre a maneira como a representação⁶ expressa esse oposto da democracia, Rancière direciona sua crítica ao abandono da ação política dos indivíduos em prol de um desejo de busca do privado e do consumo. Dessa forma, ele abandona a possibilidade de participar do meio político e delega isso a outro, esquecendo-se do desentendimento. Agora, a sua luta não é para que a partilha do social seja um comum, mas que um determinado grupo seja impedido de intervir em sua busca privada, pois esse grupo não lhe gera apenas um medo social, mas também um medo econômico, já que eles são um problema para a sociedade no geral.

Excluir grupos do meio econômico é proteger a sociedade oligárquica sustentada sobre o desejo consumista contemporâneo (Rancière, 2014b). Para haver a existência do dissenso, não é necessário ocorrer uma guerra antagônica, mas, sim, uma relação de compreensão entre os indivíduos que possuem entendimentos diferentes, mas que todos partilham da mesma capacidade, onde todos se reconheçam como iguais e, por este motivo, possam se mostrar desiguais.

A sociedade platônica ideal era a que aboliu o teatro e a ação estética que contrariasse a hierarquia, pois estes se tornam perigosos quando espalhassem o *páthos*, entendido como uma “doença” para a sociedade, uma vez que leva o homem a colocar-se no lugar do outro. Platão elimina a possibilidade de levar o homem a ter compaixão ou empatia por um terceiro que se apresenta de forma artística, seja pela música, teatro ou poemas. Eliminar as possibilidades de os integrantes de uma sociedade identificarem-se entre si é também eliminar a relação entre eles e a chance de interação, de dissenso e/ou de litígio por meio de uma estrutura consensual imposta social, ética ou moralmente.

⁶ A visão de Rancière sobre a estrutura representativa não é negativa, contudo, pode vir a ser um problema social quando ela afasta o indivíduo do meio social. Entretanto a democracia representativa é vantajosa quando aqueles que são eleitos como representantes atuam como aqueles que esses representam, tomando suas dores e as expressando no espaço político. Essa questão da representação é o principal separador de Rancière dos demais pensadores neomarxistas (Deranty, 2003).

A sociedade aristotélica era aquela que se fundamentava sobre uma meritocracia de nascimento, no qual os bons dominariam os maus. Contudo, segundo Aristóteles, os bons nasceram dessa forma, e por esse motivo são considerados iguais, os maus nasceram desiguais e por isso são afastados do espaço dos bons. Entende-se aqui os bons e maus não sobre o caráter ético, mas por fortuna, ou sorte. Os bons nasceram com fortuna e reconhecimento social, os maus nasceram para o isolamento e o trabalho afastado. A democracia daria voz aos maus, se mostrando perigosa ao bom funcionamento social e tendo um caráter corrompido.

A maneira encontrada para restringir os integrantes da sociedade de participarem e sofrerem desta “doença” é prendê-los dentro de si ou dentro de seus desejos consumistas. O afastamento do indivíduo é a base da crítica de Rancière, anteriormente destacada, ao homem contemporâneo, que busca distanciar-se cada vez mais da participação social enquanto louva a representação⁷ e odeia a democracia.

A democracia enfrenta uma perigosa crise na estrutura governamental contemporânea, na qual seus destruidores não estão do lado de fora, mas inseridos em seu interior. Essa crise nasce da relação entre a descontextualização da democracia como ambiente de ação política, uma crise que se sustenta sobre o abandono da possibilidade de existência de um desentendimento em favor de um consenso pós-moderno e que pretende destruir a própria democracia, se esquecendo que a igualdade só pode ser reconhecida, onde a desigualdade estiver.

O paradoxo da democracia nos ilumina para o problema da política contemporânea, não alcançaremos uma estrutura perfeita sem conflitos, pois isso é inexistente, mas deve-se buscar o reconhecimento da igualdade das partes onde se impera a desigualdade e o afastamento dos sujeitos. A força e a vitalidade da democracia encontram-se em sua capacidade de mostrar que há igualdade no meio da desigualdade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Taís. Reflexões possíveis sobre a relação entre educação e política a partir de O mestre ignorante. In: CARVALHO, José Sérgio Fonseca de (org.). **Jacques Rancière e a**

⁷ A questão apresentada por Rancière é em relação ao próprio paradoxo da democracia, que ela demonstra ser uma estrutura governamental que quando finalmente for executada com excelência, destrói a si mesma, por esse motivo o pensador francês busca abolir a ideia de democracia como uma forma de governar, mas como uma causa de execução da própria política. Por esse motivo, a questão da representação é tão criticada pelo autor, pois uma representação não é uma expressão de cenário político, mas apenas delegar autores que ocupariam os lugares no palco. Não que isso seja apolítico, mas se torna perigoso quando isso é um pretexto para afastar-se de fazer política, é importante que haja representantes tanto quanto é importante que haja formas de afirmação do poder e influência do povo na participação social.

escola: educação, política e emancipação. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022. p. 273-286.

BLAKEY, Joe. The politics of scale through Rancière . **Progress in Human Geography**, [S.l.], v. 45, n. 4, p. 623–640, ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/0309132520944487>. Acesso em: 26 jan. 2024.

DERANTY, Jean-Philippe. **The Great Leveler:** Conceptual and Figural Ambiguities of Equality. *Cogent Arts and Humanities*, v. 4, n. 1, e1333305, 2017.

DERANTY, Jean-Philippe. Jacques Rancière ’s Contribution to the Ethics of Recognition. **Political Theory**, [S.l.], v. 31, n. 1, p. 136–156, 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3595663>. Acesso em: 3 dez. 2023.

LÓPEZ, Maximiliano Valerio. O estudo como uso não “apropriativo” do bem comum. In: CARVALHO, José Sérgio Fonseca de (org.). **Jacques Rancière e a escola:** educação, política e emancipação. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022. p. 215–234.

PLATÃO. **A República**. Tradução Leonel Vallandro. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

Rancière , Jacques. “A política é imaginação” Entrevista com Jacques Rancière . [Entrevista concedida a] **Melina Balcázar Moreno**. Tradução de Cepat. **Milenio**, 14 jul. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/78-noticias/581209-a-politica-e-imaginacao-entre-vista-com-jacques-Ranciere> . Acesso em: 11 de nov. 2023.

Rancière , Jacques. **Mal-estar na estética**. Tradução de Gustavo Chataigner e Pedro Hussak. 1. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora 24/Editora PUC-Rio, 2023.

Rancière , Jacques. **Nas margens do político**. Tradução de Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. Lisboa: KKYM, 2014a.

Rancière , Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014b.

Rancière , Jacques. **O espectador emancipado**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

Rancière , Jacques. **Às margens da ficção**. Tradução de Fernando Scheibe. 2. ed. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2021a.

Rancière , Jacques. **Tempos modernos:** arte, tempo, política. Tradução de Pedro Taam. São Paulo: N-1 Edições, 2021b.

Rancière , Jacques. **On the shores of the politics**. Tradução (para inglês) de Liz Heron. Londres: Edition Osiris, Verso, 2021c.

Rancière , Jacques. **Questões de limites:** Arte, política e ética hoje. Tradução de Jorge Leandro Rosa. Lisboa: KKYM, 2019.

Rancière , Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

Rancière , Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. 2. ed. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 1996.

Rancière , Jacques; PANAGIA, Davide; BOWLBY, Rachel. Ten theses on politics. **Theory & Event**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 1-33, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1353/tae.2001.0028>. Acesso em: 26 jan. 2024.

ROCKHILL, Gabriel; WATTS, Philip (ed.). **Jacques Rancière**: history, politics, aesthetics. Durham: Duke University Press, 2009.